

SIMPÓSIO 171

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

NOVOS HORIZONTES PARA A EXECUÇÃO PENAL: INOVAÇÕES DOUTRINÁRIAS,
LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS EM PROL DA HUMANIZAÇÃO DA PENA DE
PRISÃO

Eixo Temático:

9 - Direitos Humanos e Justiça;

Coordenadoras:

Nome da Coordenadora 1: Karla Tayumi Ishiy

Vinculação Institucional: Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra

Resumo Curricular: Doutoranda em Ciências Jurídico-Criminais na Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Penal e Licenciada em Direito pela Universidade de São Paulo (Brasil). Pós-graduada em Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae/UC. Especialista em Direito Ambiental pela Fundação Getúlio Vargas (São Paulo). Investigadora Colaboradora do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Advogada. Foi coordenadora da Área de Advocacia na RESHAPE (Lisboa) e coordenadora do Escritório Nacional da *RESCALED – European Movement for Detention Houses* em Portugal.

Nome da Coordenadora 2: Marianna Salvão Felipetto

Vinculação Institucional: Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra

Resumo Curricular: Mestre e Doutoranda em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra, Investigadora Colaboradora no Instituto Jurídico da Universidade de Coimbra, Professora de pós-graduação da PUCPR, Advogada e Relatora nas Comissões de Defesa de Direitos Humanos e de Advocacia Criminal, ambas da OAB/PR.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

A execução penal representa o momento derradeiro do sistema de justiça criminal: é o “local último” onde acabam por se concentrar os efeitos da prática de crimes, após a atuação das instâncias legislativa, investigatória e jurisdicional. É nesse espaço - simultaneamente jurídico, institucional e humano - que se concretiza, em última análise, o exercício do *ius puniendi* estatal.

Em diferentes regiões do mundo, os sistemas prisionais enfrentam desafios estruturais próprios - alguns persistentes e vários deles amplamente disseminados. Sobrelotação, violência institucional e limitações no acesso a direitos básicos são apenas algumas das evidências das fragilidades de sistemas prisionais ao redor do globo. Em resposta, têm emergido nos



ordenamentos jurídicos e na prática cotidiana soluções inovadoras orientadas pela compatibilização entre execução penal, respeito por preceitos constitucionais e padrões internacionais de direitos humanos.

Nesse contexto, o simpósio propõe reunir investigações que analisem criticamente novas abordagens da execução penal, compreendida como espaço dinâmico de reconstrução normativa, pautado pela dignidade da pessoa humana. Partindo da premissa de que a privação de liberdade não implica a perda global dos direitos do apenado, pretende-se debater:

(i) o uso de tecnologias e inteligência artificial na gestão prisional (com a efetivação de direitos, por um lado, e riscos de enviesamento algorítmico e de aumento de desigualdades, por outro);

(ii) novos modelos de cumprimento da pena de prisão, como casas de detenção, regimes abertos, vigilância eletrônica, etc.;

(iii) o impacto de decisões internacionais na execução penal;

(iv) inovações, como a remição por práticas educacionais não formais ou outras; e

(v) experiências de humanização prisional, reintegração social e governança.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Espanhol (X)

SYMPOSIUM

Modality:

Online

Symposium:

NEW HORIZONS FOR PENAL ENFORCEMENT: DOCTRINAL, LEGAL AND
JURISPRUDENTIAL INNOVATIONS FOR THE HUMANIZATION OF
IMPRISONMENT

Thematic area:

9 – Human Rights and Justice;

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Karla Tayumi Ishiy

Institutional Affiliation: Legal Institute of the University of Coimbra

Curriculum Summary: PhD candidate in Criminal Law at the University of Coimbra. Master's degree in Criminal Law and Bachelor's degree in Law from the University of São Paulo (Brazil). Postgraduate degree in Human Rights from Ius Gentium Conimbrigae/UC. Specialist in Environmental Law from the Getúlio Vargas Foundation (São Paulo). Collaborating Researcher at the Legal Institute of the Faculty of Law of the University of Coimbra. Lawyer. She was the coordinator of the Advocacy Area at RESHAPE (Lisbon) and coordinator of the National Office of RESCALED - European Movement for Detention Houses in Portugal.

Name of Coordinator 2: Marianna Salvão Felipetto

Institutional Affiliation: Legal Institute of the University of Coimbra

Curriculum Summary: PhD candidate in Criminal Law at the University of Coimbra. Master's degree in Criminal Law at University of Coimbra. Collaborating Researcher at the Legal Institute of the University of Coimbra. Postgraduate Professor at PUCPR. Lawyer and Rapporteur in the Human Rights and Criminal Advocacy Commissions, both of the OAB/PR (Brazilian Bar Association of Paraná).

Line(s) of discussion (symposium description):

Penal enforcement represents the final stage of the criminal justice system: it is the “ultimate locus” where the effects of criminal conduct ultimately converge, following the action of legislative, investigative, and judicial bodies. It is within this space - simultaneously legal, institutional, and human - that the exercise of the State’s ius puniendi is ultimately realized.

Across different regions of the world, prison systems face distinct structural challenges - some persistent and many widely shared. Overcrowding, institutional violence, and limitations in access to basic rights are among the clearest indicators of the fragilities affecting prison systems globally. In response, innovative solutions have emerged both within legal systems and



in everyday practice, aimed at reconciling penal enforcement with constitutional principles and international human rights standards.

In this context, the symposium seeks to bring together research that critically examines new approaches to penal enforcement, understood as a dynamic space of normative reconstruction guided by human dignity. Starting from the premise that deprivation of liberty does not entail the total loss of prisoners' rights, the symposium aims to discuss:

(i) the use of technology and artificial intelligence in prison management (promoting rights on the one hand, and posing risks of algorithmic bias and increased inequalities on the other);

(ii) new models for the execution of custodial sentences, such as detention houses, open regimes, electronic monitoring, among others;

(iii) the impact of international decisions on penal enforcement;

(iv) innovations such as sentence reduction through non-formal educational practices or other means; and

(v) experiences of prison humanization, social reintegration, and governance.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

English (X)

Spanish (X)

SIMPOSIO

Tipo de implementación:

En línea

Simposio:

NUEVOS HORIZONTES PARA LA EJECUCIÓN PENAL: INNOVACIONES
DOCTRINALES, LEGALES Y JURISPRUDENCIALES EN FAVOR DE LA
HUMANIZACIÓN DE LA PENA DE PRISIÓN

Eje temático:

9 – Derechos Humanos y Justicia;

Coordinadoras:

Nombre de la Coordinadora 1: Karla Tayumi Ishiy

Afiliación institucional: Instituto Jurídico de la Universidad de Coimbra

Resumen Curricular: Candidata a Doctora en Derecho Penal por la Universidad de Coimbra. Máster en Derecho Penal y Licenciada en Derecho por la Universidad de São Paulo (Brasil). Posgrado en Derechos Humanos por Ius Gentium Conimbrigae/UC. Especialista en Derecho Ambiental por la Fundación Getúlio Vargas (São Paulo). Investigadora colaboradora en el Instituto Jurídico de la Facultad de Derecho de la Universidad de Coimbra. Abogada. Fue coordinadora del Área de Incidencia Política en RESHAPE (Lisboa) y coordinadora de la Oficina Nacional de RESCALED – Movimiento Europeo por los Centros de Detención en Portugal.

Nombre de la Coordinadora 2: Marianna Salvão Felipetto

Afiliación institucional: Instituto Jurídico de la Universidad de Coimbra

Resumen curricular: Candidata a Doctora en Derecho Penal por la Universidad de Coimbra. Máster en Derecho Penal por la Universidad de Coimbra. Investigadora colaboradora en el Instituto Jurídico de la Universidad de Coimbra. Profesora de posgrado en la PUCPR. Abogada y relatora en las Comisiones de Derechos Humanos y Defensa Penal, ambas de la OAB/PR (Colegio de Abogados de Paraná).

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

La ejecución penal representa la fase final del sistema de justicia penal: es el “lugar último” donde terminan por concentrarse los efectos de la comisión de delitos, tras la actuación de las instancias legislativa, investigativa y jurisdiccional. Es en este espacio - simultáneamente jurídico, institucional y humano - donde se materializa, en última instancia, el ejercicio del ius puniendi estatal.

En distintas regiones del mundo, los sistemas penitenciarios enfrentan desafíos estructurales propios - algunos persistentes y muchos ampliamente extendidos. El



hacinamiento, la violencia institucional y las limitaciones en el acceso a derechos básicos constituyen algunas de las principales evidencias de las fragilidades de estos sistemas a nivel global. En respuesta, han surgido, tanto en los ordenamientos jurídicos como en la práctica cotidiana, soluciones innovadoras orientadas a compatibilizar la ejecución penal con el respeto a los principios constitucionales y a los estándares internacionales de derechos humanos.

En este contexto, el simposio propone reunir investigaciones que analicen críticamente nuevas aproximaciones a la ejecución penal, entendida como un espacio dinámico de reconstrucción normativa, guiado por la dignidad de la persona humana. Partiendo de la premisa de que la privación de libertad no implica la pérdida total de los derechos de la persona condenada, se pretende debatir:

(i) el uso de tecnologías e inteligencia artificial en la gestión penitenciaria (con la promoción de derechos, por un lado, y los riesgos de sesgo algorítmico y aumento de desigualdades, por otro);

(ii) nuevos modelos de cumplimiento de la pena de prisión, como casas de detención, regímenes abiertos, vigilancia electrónica, entre otros;

(iii) el impacto de decisiones internacionales en la ejecución penal;

(iv) innovaciones como la remisión de pena por prácticas educativas no formales u otras;

y

(v) experiencias de humanización penitenciaria, reintegración social y gobernanza.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)

Inglés (X)

Español (X)